

*Discurso na solenidade de posse do
conselho consultivo do Programa
Comunidade Solidária*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE FEVEREIRO DE 1995

Excelentíssima Senhora Ana Maria Maciel; Vice-Presidente Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Senhores Secretários; Senhora Anna Peliano; Doutora Ruth Correia Leite Cardoso; Senhores e Senhoras membros do Conselho que acaba de se instaurar;

É a segunda vez que tenho a oportunidade de, através dos meios de comunicação, me dirigir ao País para ressaltar a importância que o Governo atribui à formação deste Programa Comunidade Solidária. Na primeira ocasião, dei posse à Doutora Peliano, que se tornou a Secretária Executiva do Conselho. Naquele momento, eu primeiro agradei a experiência que vinha do Consea, que era o Conselho de Segurança Alimentar, que em boa hora o Presidente Itamar Franco havia criado e a partir de cuja experiência foi possível ampliar a visão que se tem hoje do relacionamento mais atualizado entre o Estado e a sociedade civil.

Quero aproveitar esta oportunidade para mencionar que Dom Mauro Morelli, que presidiu naquele momento o Conselho, prestou um serviço relevante ao nosso país. E quero também pedir desculpas em nome de Dom Luciano Mendes de Almeida, que não está aqui hoje

presente, mas pediu-me que lhes informasse que ele está em Roma, razão da sua ausência. Mas ele fará parte do nosso Conselho.

Essa experiência progrediu à medida que muitas outras pessoas passaram a refletir também sobre essa tremenda dificuldade, esse obstáculo imenso que nós temos que vencer, que é a miséria que ainda existe em nosso país. Durante a campanha eleitoral, algumas das pessoas que me ajudavam – notadamente o Professor Paulo Renato Souza, hoje Ministro da Educação – se dedicaram, juntamente com a Doutora Peliانو, com a Doutora Ruth e outros mais, a refletir sobre a melhor maneira de dar prosseguimento às preocupações que já vinham de antes, como eu disse, e que nós queríamos ampliar, no que diz respeito ao modo pelo qual o Governo poderá enfrentar essas situações, que não são emergentes – algumas já estão consolidadas – de pobreza e de miséria.

Hoje é a segunda vez que posso discorrer sobre o mesmo tema. Não é fácil levar adiante uma transformação nessa matéria. A Doutora Ruth mencionou que hoje existe o chamado “terceiro setor”. Crescentemente nós vemos setores da Administração que estão penetrados pelas demandas da sociedade civil. Isso é normal, é corrente, no mundo todo ocorre isso. Mas as linhas divisórias nem sempre são claras, talvez nem sempre convenha que sejam claras, mas as responsabilidades, sim, devem ser claras. “A César o que é de César.”

O Executivo assume a responsabilidade plena pela execução dos programas e por seus erros, mas pede a cooperação e ajusta-se às críticas, ajusta-se às correções de rumo que a sociedade faz por meio do Conselho. Não existe neste programa, em 1995, gasto adicional; pelo contrário, o que ocorreu foi tornar possível agrupar um conjunto de programas que estavam em curso, pelo menos na parte orçamentária, e fazer com que eles tivessem um destaque, que fossem objeto de uma consideração especial por parte do Governo, através dos Ministros que mais diretamente atuarão nessas áreas, que pertencem ao Conselho; e que sobre esses programas houvesse a ação da sociedade. Esta não será, entretanto, meramente uma ação crítica, pode até sê-lo, deve sê-lo, mas será também propositiva, indicará caminhos. Indicará caminhos, mas não haverá confusão, na parte de execução – e a Doutora Peliانو é a

pessoa encarregada da articulação no nível dos ministérios, da articulação entre os Ministros, e a articulação é difícil, já fui Ministro e sei como se resiste –, com a disponibilidade de recursos e com os objetivos a que o programa se propõe. E o Conselho estará o tempo todo auxiliando, vigiando, propondo, corrigindo, retificando e trazendo uma palavra de ampliação da possibilidade de solidariedade para a resolução dos casos que mais nos preocupam.

Que ninguém tenha dúvida: não se resolve uma situação social difícil como a brasileira no decorrer de um mandato de governo. Não se trata disso. E o governante que imaginar que deverá fazer só aquilo que trará, não sei se glória, mas satisfação a ele, na medida em que dentro do seu mandato ele vai conseguir resolver as questões, termina por não resolver questão alguma. Essa foi uma das virtudes do Presidente Itamar Franco, que começou o programa sabendo que não teria como continuá-lo no seu mandato. Acho que isto deve ser uma característica dos governos republicanos: pensar mais adiante, pensar mais longe.

Mas isso não pode servir de escusa para nós não atuarmos, logo, sobre certas áreas críticas. A Doutora Ruth mencionou aqui uma coisa que me parece significativa: o Conselho, juntamente com a Secretaria Executiva, deverá determinar quais são as áreas prioritárias sobre as quais será possível atuar mais diretamente. Quando um problema aparece tão grande que é desmesurado, todos os recursos são escassos, fica impossível resolvê-lo; então, é preciso delimitar, é preciso ter objetivos mais concretos e é preciso buscar aqueles instrumentos de ação mais adequados à consecução desses objetivos.

É o que eu espero do Conselho e é o que eu espero do Programa Comunidade Solidária: que se desenhem aí as possibilidades de ação imediata, de ação efetiva, de ação que, mesmo sabedores que somos de que essa ação não poderá, do dia para a noite, resolver um problema, pelo menos encaminhe uma solução.

E existe já uma base técnica bastante ampla de informações, disponíveis no Ipea, no IBGE, nos vários Ministérios, para que nós delimitemos as questões. Não quero me antecipar às idéias que existem em curso em vários Ministérios. Sei, por exemplo, que no Ministério da

Saúde existe uma idéia em curso exatamente nesse sentido: de nós delimitarmos, chamarmos a atenção para uma questão essencial, para que possamos nos consagrar à solução dessa questão e possamos dispor também de indicadores que nos permitam acompanhar os resultados da nossa ação.

Não há de ser pura e simplesmente desenhando, *amplo sensu*, o quadro da miséria que se resolverá a miséria. Quando se desenha um quadro, como disse há pouco, que parece ser tão assombroso que não há recurso capaz de fazer face às dificuldades, isso desanima a todos. É preciso focalizar, é preciso levar as questões de maneira que as pessoas possam sentir que há solução para alguns dos seus problemas. Mas o Governo não vai conseguir solucionar nenhum dos grandes problemas sozinho. Tenho dito isso e reitero: sem o apoio efetivo da sociedade e sem que esse apoio seja movido por idéias de solidariedade, por idéias de generosidade, nós não teremos a possibilidade de resolvê-los. Creio que a Campanha da Fome – e o Betinho, que foi um dos inspiradores dessa campanha, pertence ao Conselho – é o exemplo vivo disso, de que, quando se chama a atenção para um problema, quando a sociedade se sensibiliza efetivamente por esse problema, é possível enfrentá-lo.

Nós estamos cheios de idéias. Não digo nós que aqui estamos: o Brasil dispõe de gente muito imaginativa, e se sabe que há uma série de soluções alternativas. Vamos escolhê-las, vamos enfrentar com elas os problemas, vamos tratar de atacá-los. Olho à direita, à direita física, e vejo o Senador Eduardo Suplicy, meu antigo amigo e companheiro, que há tanto tempo batalha por uma idéia. Vamos ver qual é a extensão dessa idéia: é possível, não é possível, em que dimensão é possível. Sem prejulgar.

Mencionei o Ministério da Saúde, mas na área da educação nós estamos também com alguns propósitos muito delimitados, muito claros.

Vamos olhar a questão da reforma agrária e ver: quantos são os sem-terra? Não são tantos. Vamos delimitar, vamos examinar onde é possível localizá-los. Já conversei sobre isso com o Ministro da Agricultura, José Eduardo Vieira. Vamos delimitar o problema e realmente resolvê-lo. Se são 15 mil, 10 mil, 20 mil, há solução. Se se fala em milhões de sem-terra, não há solução. Mas, se realmente se definem aqueles que efetiva-

mente estão, neste momento, à espera de um pedaço de terra para sobreviver, aí há solução.

Acredito que, se os governos não tomarem o caminho do realismo – não o realismo conformista, mas um realismo que alarga as fronteiras do possível –, se não fizerem isso, não vão enfrentar nenhuma dificuldade com êxito. É para essa tarefa que nós estamos lançando hoje este Conselho, dando posse a este Conselho.

Quero dizer, finalmente, que devo agradecer muito empenhadamente àqueles que aceitaram participar do Conselho. Sei que para muitos é uma sobrecarga, é uma tarefa adicional, não remunerada – pelo contrário, exposta à crítica da opinião pública –, mas é uma tarefa essencial.

E quero dizer que foi com muita satisfação que ouvi o discurso da Professora Ruth Cardoso e é também com a maior alegria que eu tenho a possibilidade não só de dar-lhe posse, como a estou dando neste momento, como também de expressar, de público, a minha confiança e a minha certeza de que este Conselho e sua Presidente não falharão, não faltarão às esperanças e às expectativas que vejo já na Doutora Peliano, no sorriso que faz; a certeza de que também o setor técnico e os Ministros todos estarão sempre dispostos, especialmente os da área econômica, que são os mais generosos (*risos*), sempre dispostos – eu agora mudei de posição, não sou mais Ministro da Fazenda (*risos*) – a cooperar, a permitir que realmente o Brasil continue a ter confiança em si, continue a manter um clima que não é de otimismo sem base, mas é de uma crença em que a gente, agindo, agindo com competência, agrupando, com espírito de solidariedade, consegue sobrepujar as dificuldades.

Muito obrigado a vocês todos e parabéns aos que hoje tomam posse.

